

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NO ATLÂNTICO SUL - EVIDENCIANDO PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA.

**Juliana do Carmo Nascimento Pedra**

Mestranda do PPGH – UESC e bolsista de fomento pela FAPESB. Bacharela em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. E-mail: jupedra88@gmail.com.

*A imagem geológica de cadeias montanhosas no Atlântico Sul, resquícios da quebra das duas geografias, já não mais separam as profundezas da riqueza do pré-sal, brasileiro e africano, no início do século XXI. As brisas que movem naus da cooperação do início do século fazem do Atlântico abaixo da linha do Equador, nos nossos dias, um mar interior. Esse mar interior, quase mediterrâneo como o de Fernand Braudel, é lugar de trocas humanas, valores, comércio, cooperação social e política de novos atores, além da diplomacia das novas coalizões no sistema das relações internacionais do Sul. (SARAIVA, 201, p. 13)*

Como caracteriza Alencastro (ib.); a partir do período de pós-redemocratização, inicia-se no Brasil uma gama de ações governamentais de vias internacionais em busca de articulações diplomáticas estratégicas com alguns países do globo, sobretudo 21 países da costa atlântica africana. O resultado destas articulações Brasil-África adjunto à Argentina; fundou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) em outubro de 1986. Além de estabelecer a ideologia da uma zona comum de paz e segurança na

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

região do Atlântico Sul; a fundação da Zopacas demarca o início de importantes ações de cooperação internacional das nações do cone Sul.

Obviamente, tensões políticas e diplomáticas se estabeleceram no âmbito da constituição da Zopacas e estas tensões podem ser melhores aprofundadas na dissertação: *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): criação, projeção e dimensão político-estratégica* (BARBOSA, 2015). Para o nosso texto, por hora, em face da delimitação aqui proposta, podemos considerar que a partir desta iniciativa organizacional a inserção do Brasil na conjuntura sul-atlântica tornou-se mais efetiva e uma série de operações governamentais passam a ser projetadas a fim de articularem a ascensão brasileira a este cenário internacional. Como exemplo deste engajamento, no caso das relações Brasil-África; a articulação da Zopacas representou ao Brasil um movimento de reaproximação à Angola. Ao concordarem em sua posição contrária ao *apartheid* na África do Sul (1990-1994) Brasil e Angola reestabelecem diálogos mais estreitos a partir da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (VISENTINI, 2016) e no âmbito do governo Lula (2003-2015) essas articulações tornam-se pontualmente operacionais como discutiremos mais adiante.

Tal como o trecho em epígrafe destacada acima permite-nos considerar; um senso otimista vinha sendo construído nas últimas décadas sob as possíveis congruências nos moldes da Política Externa brasileira com alguns países do continente africano. Entretanto, a história não permite obliterar os contrastes ácidos que o histórico das relações interculturais Brasil-África revelam.

Contornos cíclicos de aproximação e afastamento entre as duas margens do atlântico Sul fez notória a forte influência de discursos políticos ideológicos que orientaram o Brasil ao longo das últimas décadas. A cartografia histórica evidencia sob os meandros das relações interculturais Brasil-África na Cooperação Interacional; a projeção de alguns discursos/conceitos cafelados no campo político-diplomático desta Terceira Era do Atlântico Sul.

Como esclarece Saraiva (2012) três discursos orientaram a política africanista do Brasil nas últimas décadas. O primeiro era o discurso cultural que permeou as dimensões históricas das relações entre a cultura brasileira com o continente africano,

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

baseado na “corrente de africanidade cultural brasileira, de matriz freyreana.” (2012, p.109). Este, uma vez superado, deu lugar ao discurso da dívida histórica.

Se o primeiro logo se revelou perverso em maquiagem o passado escravista no Brasil a fim de projetar uma falsa imagem de um Brasil multicultural, “alegre e moleque” cercado pela exuberância de suas “paisagens e requebros das mulatas’ atrativo aos ‘parceiros africanos’; o segundo discurso passou a ser ‘palatável’ aos interesses políticos africanos na conjuntura da Nova Parceria Para o Desenvolvimento Da África (NEPAD- fundada em 2001. (SARAIVA, 2012, 113 et seq). O discurso da dívida conquistou espaços nas opiniões políticas, acadêmicas e públicas como também legitimou, por exemplo, a agenda afirmativa em torno das cotas raciais para alunos afrodescendentes nas universidades públicas brasileiras (id.ib.), mas não foi suficiente para conter as fortes críticas às políticas de cooperação qual o Brasil adentrou no governo Lulista.

O terceiro discurso, ao seu turno, emerge nesta atual configuração política a qual nos encontramos. O ‘discurso pragmático’ sustenta a visão de que a Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa (CPLP) pode ser pensada como uma possível ponte estratégica em torno das relações Brasil-África na conjuntura atual. (SARAIVA, 2012, 114)

Mesmo diante deste cenário cíclico, a inserção protagonista da política externa brasileira após os anos 2000, promulgou uma nova dimensão as nações do cone Sul em suas articulações econômicas, políticas e diplomáticas. Desta forma, faz-se notório, no campo das relações internacionais, que as experiências interculturais no atlântico sul, nas últimas décadas, têm assinalado a atuação competitiva das nações do cone Sul e demarcado a forte interferência nos contornos das relações internacionais atuais - até então estabelecida pelo antigo eixo hegemônico bipolar que perdurou na geopolítica desde a segunda Guerra (1939-1945).

O rompimento desta estrutura bipolar - concentrada no eixo norte americano-eurocêntrico que o ambiente da Guerra Fria estabeleceu - (1947-1991) – ao ser pressionado pela ascensão política e econômica dos países do Terceiro Mundo<sup>1</sup>; fez

---

<sup>1</sup> O termo Terceiro Mundo foi oficialmente adotado pela primeira vez durante a reunião de países asiáticos e africanos, em abril de 1955, na Conferência de Bandung, em Java, na Indonésia. Ele definia os países que se pretendiam não-alinhados às duas superpotências da época: EUA e URSS. A origem do

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

emergir novos conceitos no campo das relações internacionais, como o próprio conceito Sul-Sul para definir modalidades de cooperação internacional.<sup>2</sup>

Portanto, face aos prolegômenos até aqui apresentados, este trabalho tem por objetivo propor uma discussão sobre a dinâmica da Cooperação Internacional Sul-Sul entre o Brasil e alguns países africanos, sobretudo países lusófonos.

Entendemos que a discussão proposta por este trabalho corresponde a uma abordagem da História cis-atlântica que, como conceitua Armitage (2014, p. 212), “estuda lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico e busca definir esta singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações)”. Desta forma, “a história cis-atlântica, no sentido mais amplo [...] é a história de qualquer lugar particular – uma nação, um Estado, uma região e mesmo uma instituição específica – em relação ao mundo atlântico mais vasto.” (op cit).

Mediante esta constatação, parto de alguns documentos preconizados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), proponho discutir o percurso histórico que tem embasado a conjuntura da cooperação Sul-Sul, a fim de dimensionar o impacto dos Programas de Cooperação Internacionais no contexto das instituições públicas de ensino superior. Por meio destas informações e com base nas evidências; apresento um panorama analítico parcial que nos permite refletir sobre o seguinte questionamento: qual tem sido o impacto da cooperação Sul-Sul para a integração intercultural entre universidades brasileiras e nações africanas de língua portuguesa?

Destaco como aparatos documentais desta discussão alguns editais da Capes voltados a cooperação acadêmica publicados na última década, destacando em particular

---

nome está na ideia do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na ideia do Terceiro Estado, usada na revolução francesa. Os países do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados Primeiro Mundo e Segundo Mundo surgiram de uma interpretação errônea por parte principalmente da mídia. Assim, convencionou-se que o Primeiro Mundo seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o Segundo Mundo seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no Terceiro Mundo os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados. (BRASIL, s.d, n.p)

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

aqueles voltados para a mobilidade acadêmica e, por meio deles, intenta-se dimensionar de modo parcial e sucinto; a abrangência destes tipos de programas de mobilidade, bem como os possíveis impactos para a integração intercultural entre as universidades públicas no Brasil, apontando brevemente as relações com a universidade angolana Agostinho Neto à luz do decreto publicado que se refere ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 11 de junho de 1980.

Para isso, a abordagem metodológica deste texto se baseia na apresentação dos fenômenos que articulam e norteiam o viés da cooperação internacional Sul-Sul no contexto nacional, tais como diretrizes e estruturas de governo que sustentaram a política internacional entre os anos de 2000 a 2020, para, a partir daí, dimensionar alguns possíveis impulsionadores que vêm direcionando a política externa brasileira no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Mais adiante, apontam-se alguns dos objetivos e objetos vislumbrados nesta modalidade de cooperação, apresentadas, por exemplo, no *Whitepaper sobre Cooperação Sul-Sul* da Capes, ressaltando em particular a cooperação acadêmica bilateral entre universidades públicas no Brasil. Ademais, a partir da análise dos documentos supra referidos e da bibliografia utilizada; apresento uma abordagem contextualizada e crítica sobre a perspectiva de Cooperação Sul-Sul atendida pela governança brasileira a partir dos anos 2000.

## **A INTEGRAÇÃO BRASIL-AFRICA, OS MOLDES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL E O CONCEITO SUL-SUL**

Algumas perspectivas de integração sobre o contexto da cooperação internacional Brasil-África se concentram em demarcar a dimensão econômica destas relações. Isso se dá pela necessidade de investigar as nuances de uma realidade no ramo empresarial, a saber, a presença significativa de empresas brasileiras que buscam internacionalizar-se em solos africanos. Outro fator que influencia a postulação desta perspectiva econômica de integração é o fluxo de publicações da Agência Brasileira de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cooperação (ABC) evidenciando alguns projetos de cooperação técnica subsidiados pelo governo brasileiro em alguns países do continente africano. No título bastante atrativo *Cooperação Técnica Brasil África - Parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano* a ABC apresenta alguns resultados desta “parceria”.

- a) Na Argélia, a cooperação de uma década com o Brasil resultou no compartilhamento de técnicas modernas de joalheria, em especial na região de Tamanrasset, rica em material geológico a ser lapidado;
- b) No Benim, especialistas brasileiros capacitaram professores de Cotonou, a capital econômica do país, sobre como o cooperativismo e a agricultura familiar podem caminhar juntos com a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente.
- c) O projeto de cooperação técnica entre Brasil e Botsuana capacitou pequenos produtores da região de Kweneng North a fortalecer a agricultura local por meio do cooperativismo
- d) A colaboração entre o Brasil e o Senegal levou infraestrutura e técnica a pequenos produtores familiares no intuito de produzir renda e gerar emprego
- e) A cooperação técnica entre Brasil e Togo compartilhou com especialistas e produtores africanos técnicas de plantação, colheita e processamento da mandioca. (BRASIL, 2018, p. 10 et seq)

A demanda cada vez mais expressiva de Cooperação Internacional na modalidade Sul-Sul pode ser vista como resultante do engajamento da política externa brasileira adotada pelo ex-presidente Lula a partir dos anos 2003. Nesse cenário político a Cooperação Sul-Sul passou a ser marca das relações diplomáticas do Brasil com países da América Latina, Ásia e África. Todavia, também estavam em vigência outras classificação de cooperação como a vertente Cooperação Norte-Sul, porém, esta última era fomentada pelo governo numa perspectiva mais participativa, não apenas de dependência de recebimento de cooperação financeira, técnica, científica ou tecnológica, mas como cooperador eminente.

Com o volume de acordos e cooperação que o Brasil passou a estabelecer com países da América Latina, Ásia e África cresce, conjuntamente, algumas publicações no ambiente acadêmico brasileiro, a fim de caracterizar as modalidades de Cooperação Norte-Sul e da Cooperação Sul-Sul. No âmbito de alguns organismos mundiais, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU); buscou-se classificar tais modalidades com base em critérios técnicos, diluindo, assim, aspectos de regionalidade ou de perspectivas político-ideológicas que as terminologias epistêmicas pudessem sugerir; como poderemos discutir mais adiante.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Essas caracterizações mais generalistas são também projetadas pela ABC atualmente. Segundo a agência a Cooperação Norte-Sul se apresenta como uma modalidade de caráter vertical, ou seja, a cooperação entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento, a segunda; por outro lado, se caracteriza como um mecanismo de cooperação horizontal em que duas ou mais nações em desenvolvimento que proponham a cooperar.

Todavia, faz-se notório, no campo das Relações Internacionais, que o conceito Sul-Sul não apenas tem sido projetado com o intuito de direcionar um contexto regional, mas também evoca o conceito de Sul-Global e o de Terceiro Mundo.

Visentini aponta que (2015, p. 7) “[a] expressão Terceiro Mundo fora cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, como uma analogia com o Terceiro Estado (povo sem privilégios) da época da Revolução Francesa” assim, “O Terceiro Mundo abarcava nações muito distintas, mas que possuíam em comum o fato de haverem constituído a periferia colonial ou semicolonial”. Então, o entendimento do conceito do terceiro mundismo,

além de elementos objetivos como população jovem e em expansão e abundantes recursos naturais [e] seu limitado nível de desenvolvimento; apontava para potencial expansão econômica e a articulação de organizações políticas como o Movimento dos Países Não Alinhados. [Desta forma] havia a busca do desenvolvimento, a ideologia anticolonialista e neutralista, além da rejeição à adesão a blocos militares e à política de grande potência. (VISENTINI, 2015, p. 7)

Logo, o conceito de Terceiro Mundo substancializou o conceito de Sul Global. Para além de “criar um modismo teórico, a introdução do conceito de Sul Global representou uma estratégia de despolitizar o significado do terceiro-mundismo[..]” e é por esta razão que são frequentes “as constantes críticas a qualquer referência aos movimentos ligados à Cooperação Sul-Sul, ao BRICS e ao mínimo questionamento das regras internacionais definidas pelas grandes potências do Atlântico Norte” por isso “Políticos, militares, diplomatas, jornalistas e acadêmicos se defrontam com essa situação fomentada pela “comunidade internacional” (potências que falam em nome dos demais). (VISENTINI, 2015, p.8, destaque do autor)

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Em concordância e adotando uma perspectiva de vanguarda à desarticulação do conceito Sul-Sul; alguns críticos por meio de instituições como o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) trazem e reforçam às suas justificativas a necessidade de demarcar o aspecto geopolítico deste conceito. Como está justificado na página do referido instituto, “[nos] anos 2000, esta perspectiva se [potencializou] nas parcerias para construção de uma ação coletiva do Sul global sobre a crítica aos megaprojetos transnacionais, às instituições financeiras e um modelo de desenvolvimento que se mantém colonialista e racista em sua lógica de manutenção [...]” (PACS, s.d, n.p)

Mesmo ante aos embates teóricos e epistêmicos no âmbito das Teorias das Relações Internacionais, a perspectiva de Cooperação Sul-Sul (CSS) tem sido consolidada na presente década.

De acordo com uma recente publicação da ONU (2019, n.p), esta modalidade de cooperação configura-se em uma importante “ferramenta usada por estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimentos, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas” (loc. cit). A organização também sintetiza que a “Cooperação Sul-Sul refere-se à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global” (op.cit).

No contexto brasileiro atual, percebemos o reforço a esse entendimento de conceito de ‘cooperação técnica’ sendo compartilhados no âmbito da ABC. A agência destaca o continente africano como “principal destinatário e grande beneficiário das ações de cooperação técnica” e por razão da “proximidade histórico cultural que o idioma comum estabelece, é natural que os laços mais estreitos da cooperação horizontal brasileira sejam com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (BRASIL, s.d, n.p)

A abrangência da aplicação desse conceito de Cooperação para o desenvolvimento no Sul Global passou a adentrar outros polos orgânicos no Brasil, como o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. No documento *Whitepaper sobre Cooperação Sul-Sul*, a Capes enfoca a sua missão de “assegurar ao país recursos humanos qualificados para a produção do conhecimento científico e tecnológico[...]” Diante disso, a

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cooperação Sul-Sul é uma das vertentes desta missão por se caracterizar como colaboração científica entre o Brasil e outros países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia [...]. Esse tipo de parceria enriquece todos os atores envolvidos, não apenas no aspecto acadêmico-científico, mas também **na troca de valores culturais, éticos e sociais**. Além disso, [reconhecendo] que a expansão do conhecimento científico **é mais do que nunca um empreendimento global, que deve ir além dos países do Norte** [...], é essencial a participação de olhares diversos e complementares. (CAPES, 2019, p. 1)

Com base nesta declaração, podemos ponderar que o impacto dos Programas de Cooperação Internacionais no contexto das instituições públicas de ensino superior se reflete na proposição de editais como os propostos por base do Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global – COOPBRASS. Este programa lançou dois editais (2018 e 2019). No edital 40 de 2018, a CAPES estabeleceu como visão do edital à seleção de Projetos Conjuntos de Pesquisa com países da África, da América Latina e da Ásia, em todas as áreas do conhecimento. Quanto aos objetivos projetados no edital, estavam descritos:

- 1.2.1 Fomentar o intercâmbio entre Intuições de Ensino Superior e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação brasileiros, nos termos do Decreto 9.283/18, e estrangeiros **no âmbito da Cooperação Sul-Sul**.
- 1.2.2 Estimular a formação de redes de pesquisas entre o Brasil e os países parceiros com vistas aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação e apoiar as redes de colaboração já existentes.
- 1.2.3 Promover a mobilidade de docentes e discentes, nas modalidades doutorado sanduíche e assistente de ensino e pesquisa.
- 1.2.4 Selecionar projetos de cooperação com países com os quais a Capes não tenha lançado editais específicos de seleção.
- 1.2.5 Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de promover a cooperação científica, tecnológica e educacional no âmbito da Cooperação Sul-Sul. (CAPES, 2018, p. 2 et seq)

Essas ações, certamente, estavam associadas ao aparato legal vigente no Brasil, a saber, a

- a) Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992;
- b) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- c) Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- d) Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
- e) Lei nº 9.456, de 25 de maio de 1997;
- f) Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998;
- g) Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018;
- h) Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016;

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

- i) Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
- j) Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013;
- k) Decreto nº 8.977/2017;
- l) Portarias Capes nº 248, de 19 de dezembro de 2011; nº 59, de 14 de maio de 2013; nº 132, de 18 de agosto de 2016 e nº 23, de 30 de janeiro de 2017; nº 186, de 29 de setembro de 2017; nº 202, de 16 de setembro de 2017, nº 220, de 03 de novembro de 2017, e a nº 125, de 29 de maio de 2018,

No caso Brasil-Angola, o decreto nº 99.559 seria o responsável por amparar o recebimento de propostas de Convênios entre instituições brasileiras, ou ainda para concorrência de projetos por meio de editais como o mencionado COOPBRASS.

O decreto estabeleceu o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, foi firmado em 11 de junho de 1980 e finalmente promulgado em 1990, permanecendo em vigência até então.

Os aspectos específicos apontados no decreto estão sintetizados nos seus doze artigos. Rege o artigo I que:

As Partes Contratantes promoverão a cooperação econômica, técnica e científica entre ambos os países com objetivo de contribuir para melhor avaliação dos seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo se ajustem à política e plano de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar dos seus próprios esforços internos para atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 1990, n.p)

Em vista desse desenvolvimento econômico e social, a governança brasileira passou a estabelecer com o país angolano uma série de iniciativas voltadas ao segmento da cooperação internacional. Visentini (2016, p.125) argumenta que para isso “a esfera cultural realizou papel importante na aproximação entre Brasil e Angola.”.

Segundo o historiador,

Dentre os cerca de 36 mil brasileiros residentes na África, 30 mil estão estabelecidos em Angola. Isso se deve, em grande parte, ao volume de projetos realizados por brasileiros no país africano seja pela cooperação técnica, pelo investimento direto, ou pela prestação de serviços. Essa forte presença física de brasileiros em Angola é correspondida com um volume bastante intenso de atividades culturais no país, concentradas na Casa de Cultura Brasil-Angola e no Centro de Estudos Brasileiros, mantido pelo [Ministério das Relações Exteriores] para difundir a cultura brasileira no meio acadêmico angolano. Ademais, cerca de dois mil angolanos estudam

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

atualmente em instituições de ensino superior no Brasil, pelos programas PEC-G e PEC-PG do MEC/MRE. (VISENTINI, 2016, p.125)

Sobre o PEC-G, o decreto N° 7.948, de 12 de março de 2013 em suas disposições gerais determina que “o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.” (BRASIL, 2013, n.p) e delimita no parágrafo único que

O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de **cooperação educacional internacional**, preferencialmente **com os países em desenvolvimento**, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso. (BRASIL, 2013, n.p, grifo nosso)

Quanto ao PEC-PG, segundo o Ministério da Educação expõe que “estudantes de 55 países em desenvolvimento podem se candidatar a 200 bolsas do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)”, especificamente, “nações com as quais o Brasil mantém acordos de cooperação educacional, cultural ou em ciência e tecnologia.” (idem)

A execução PEC-PG reúne três instâncias do governo federal — a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL, 2014, n.p)

Ainda segundo o Ministério, na edição de 2014 foram destinados o montante de R\$ 5,2 milhões para o edital n° 47/2014. Além disso, o edital atendeu 28 países africanos, como também outras 27 nações da Ásia, Oceania, América Latina e Caribe.

### **3. IMPACTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA A INTEGRAÇÃO INTERCULTURAL ENTRE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E NAÇÕES AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Com base nas fontes levantadas, foi possível identificar parcialmente que o principal impacto da Cooperação Sul-Sul para a integração intercultural entre universidades

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

brasileiras e nações africanas de língua portuguesa se dá no fortalecimento das relações institucionais; a promoção cultural da língua portuguesa; o compartilhamento de saberes e técnicas e da pesquisa científica; a qualificação profissional e acadêmica e concomitantemente a internacionalização das universidades brasileiras e africanas.

Verificou-se também, que a abrangência dos tipos de programas de mobilidade atendem variadas áreas do conhecimento de acordo a proposição por parte das universidades partícipes dos programas de cooperação. O número de universidades africanas de Língua Portuguesa representam a maioria, mas os editais atendem também outras nações africanas que o Brasil possua Acordos de Cooperação vigentes.

No contexto Brasil-Angola se fez notório um volume de Convênios com a Universidade Agostinho Neto (UAN) em Luanda, Angola. A UAN, fundada em 1976, é considerada como a maior universidade de Angola. Com base em consultas nos portais oficiais de algumas universidades brasileiras, verificou-se entre as que possuem ou mantiveram acordos de cooperação acadêmica com a UAN, a: Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP, entre outras.

Além do volume de convênios sediados pelas universidades brasileiras, outro ponto chave da perspectiva de governo multilateralista no Brasil após os anos 2000, que foi precursor à projeção brasileira no âmbito da Cooperação Sul-Sul para a integração intercultural; são as duas universidades no Brasil para a integração, a saber, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada pela Lei nº 12.189/2010 e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) também criada pela Lei nº 12.289.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi possível discutir, a perspectiva de Cooperação Sul-Sul atendida pela governança brasileira, nas duas últimas gestões, vem ganhando contornos mais técnicos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e diluindo aspectos de regionalidade ou dimensões político-ideológicas. Diferentemente do governo Lulista que, em certa medida, visou projetar uma visão de aliança e fortalecimento entre países em desenvolvimento, sobretudo para àqueles do Cone Sul.

Sobre os impactos para as discussões em torno dos vieses cooperação acadêmica e integração intercultural entre o Brasil e a Angola, pôde-se notar a variedade de universidades brasileiras que possuíram Convênios de mobilidade acadêmica e aqui, destacamos o fluxo para a Universidade Agostinho Neto (UAN). Sinteticamente, pôde-se observar que a língua portuguesa pode ser um fator eminente para eleições específicas por parte dos editais que o Brasil subsidiou, mas, no contexto da Capes, os editais buscaram atender uma demanda variada de nações, bem como áreas de conhecimento.

Finalmente, as fontes sugerem que certas diretrizes, postuladas no ambiente da cooperação Sul-Sul; juntamente com determinados conceitos preconizados pelos Organismos Mundiais, em certa medida, corroboram no processo de articulação de propostas de cooperação no campo acadêmico, porém, faz-se importante reconhecer que os períodos cíclicos da Política Externa brasileira em relação aos países da África acabam por impactar a estabilidade em ações mais específicas no campo da educação intercultural. Possivelmente seja esta realidade a razão de uma carência de aplicação crítica sobre a temática de Interculturalidade nos fóruns políticos quais o Brasil tem tido participação.

## REFERÊNCIAS

ARMITAGE. Três conceitos de história atlântica / Three concepts of Atlantic History. David Armitage. *Unisinos*, 18(2):206-217, Maio/Agosto, 2014. Issn 2236-1782. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/7035>. Acesso em 9 jul. 2021.

ALENCASTRO, L. F. de. As três eras do Atlântico Sul. **Revista USP**, [S. l.], n. 123, p. 13-28, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i123p13-28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/165099>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Cooperação Sul a Sul. Disponível em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_ Cooperação Técnica Brasil África. Parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano/ Ministério das Relações Exteriores, Brasília, Agência Brasileira de Cooperação. 2018

\_\_\_\_\_ Cooperação Brasil-PALOP / Ministério das Relações Exteriores, Brasília, Agência Brasileira de Cooperação. [s.d] In <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosul/palop>  
BRASIL. Ministério da Educação. Estudantes de 55 países podem concorrer a 200 bolsas no Brasil. 2014. In: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pec-pg>. Acesso em ago. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. 2013. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm) Acesso em ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministro pretende fortalecer a cooperação com países africanos. In: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/cooperacao-brasil-africa> acesso: ago. 2021.

BRASIL. Senado. Para o Banco Mundial, não há mais 'Terceiro Mundo'. 2010 In: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461185/noticia.htm?sequence=1> acesso em julho de 2021.

MILANI, Carlos R. S. ABC 30 anos: história e desafios futuros. / Carlos R. S. Milani. 1ª. edição - Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017, 224 p.

SARAIVA. Flávio Sombra. África parceira do Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI/ José Flávio Sombra Saraiva. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

South-South Cooperation. UNITED NATIONS (UN). 2019. In: <https://www.un.org/development/desa/en/news/intergovernmental-coordination/south-south-cooperation-2019.html> acesso em julho de 2021.

Perspectiva Latino-Americana e Sul Global. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). Rio de Janeiro, [s.d] In: <http://pacs.org.br/areas-tematicas/perspectiva-latino-americana-e-sul-global/>

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios / Paulo Fagundes Visentini. – Rio de Janeiro, RJ: Alta Book, 2016.

\_\_\_\_\_ Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo "soft"? As Relações Brasil-África do Governo Lula / Paulo Fagundes Visentini. Século XXI, Vol. 1, No 1 (2010) In: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1706>

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

\_\_\_\_\_ EDITORIAL: TERCEIRO MUNDO OU SUL GLOBAL? Paulo Fagundes Visentini. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.4, n.8, p.7-8., Jul./Dez. 2015. In: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/63029/36978>